O CAMINHO PARA EQUIDADE E A INCLUSÃO

RENATA RICHELI FERREIRA

RESUMO
A busca pela equidade e inclusão é um desafio crucial em nossa sociedade contemporânea, que exige ações concretas e mudanças estruturais em diversos setores. Para trilhar os caminhos rumo a um futuro mais justo e igualitário, é essencial adotar abordagens abrangentes e engajadas que promovam a equidade e a inclusão em todas as esferas da vida social. Em primeiro lugar, a educação desempenha um papel fundamental na promoção da equidade e inclusão. É por meio de um sistema educacional acessível e inclusivo que se pode garantir oportunidades iguais para todos, independentemente de sua origem social, econômica ou cultural. Investir em educação de qualidade, que valorize a diversidade e promova a aceitação mútua, é essencial para criar uma sociedade mais equitativa e inclusiva. É necessário que governos e instituições implementem medidas que combatam a discriminação, promovam a igualdade de oportunidades e garantam o acesso equitativo a recursos e serviços essenciais. Isso inclui políticas de inclusão no mercado de trabalho, programas de assistência social e medidas para combater a exclusão social e a marginalização de grupos minoritários. A promoção da equidade e inclusão também depende da conscientização e do engajamento da sociedade como um todo. É fundamental que as pessoas reconheçam a importância da diversidade e da igualdade, e se comprometam a lutar contra o preconceito, a exclusão e a desigualdade em todas as suas formas. A construção de uma cultura de respeito, empatia e solidariedade é essencial para criar um ambiente mais inclusivo e acolhedor para todos os indivíduos.

PALAVRAS-CHAVE: Empatia; Equidade; Inclusão.

INTRODUÇÃO

A Educação Especial representa uma forma abrangente de ensino, cujo propósito é fornecer suporte ao processo de educação de alunos que possuem deficiências, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação. A inclusão, materializada por meio do ensino especializado, deve ser disponibilizada em todos os graus de ensino - desde a infância até o ensino superior - de maneira adicional ou complementar, e não mais como uma substituição ao ensino convencional, como observado em períodos anteriores.

Segundo as observações de Mazzotta (2005), inicialmente, no contexto de segregação e institucionalização, a Educação Especial foi caracterizada por iniciativas de natureza privada no Brasil, influenciadas por experiências norte-americanas e europeias, trazidas, organizadas e implementadas por alguns brasileiros com o objetivo de atender indivíduos com deficiências físicas, motoras e sensoriais.

Anteriormente desvinculada das políticas educacionais públicas, a Educação Especial passou a ser reconhecida como uma componente essencial do sistema educacional brasileiro, sendo oficialmente estabelecida como uma modalidade nos anos iniciais da década de 60, sob o título de "educação dos excepcionais".

As fases iniciais de transição visam integrar as pessoas com deficiência na sociedade, destacando-se ações que envolvem tratamentos clínicos e seguindo um ideal contínuo de assistencialismo, conforme destacado por Ghadie e Baruffi (2003).

Demo (1994) argumenta que o assistencialismo se manifesta sempre que há uma ajuda aparente para um problema social, com a finalidade de organizar e atender às camadas menos privilegiadas da sociedade. Esses atendimentos eram realizados a partir de uma perspectiva de segregação, na qual os estudantes com deficiência frequentavam instituições específicas destinadas a pessoas com deficiência, resultando em uma forma de exclusão desse público do convívio social. Assegurar o padrão educacional em todos os patamares do sistema escolar no Brasil representa um alvo primordial da estratégia educacional governamental e de cada estabelecimento que almeja obter reconhe-

cimento como uma instituição de destaque. Contudo, raras escolas - se é que alguma - dedicam-se genuinamente à transformação em instituições inclusivas.
Frequentemente, confundimos a acessibilidade, que diz respeito à facilidade de entrada devido a custos reduzidos ou gratuidade, com a autêntica inclusão. A mera oportunidade de matrícula ou de êxito em um exame de admissão não garante a verdadeira inclusão, que demanda a habilidade de interação, participação em atividades educacionais conjuntas e interação equitativa com todos os membros da comunidade escolar.
Uma escola inclusiva não adere a processos seletivos, não discrimina com base em aspectos financeiros, de origem social ou capacidades intelectuais que impulsionem a rivalidade e o individualismo. Em contrapartida, uma escola inclusiva fomenta a cooperação, a aceitação recíproca, o debate horizontal e trata todos os estudantes de forma justa, independentemente de sexo, idade, posição social, crença, orientação política ou etnia.
A promoção de uma escola autenticamente inclusiva é essencial para satisfazer as exigências educacionais de crianças, jovens e adultos de ambos os sexos. Isso representaria uma experiência enriquecedora, com resultados, sem dúvida, encorajadores para as comunidades abrangidas. Não é suficiente apenas uma educação multicultural e bilíngue; é imprescindível um modelo educacional adaptado às características geográficas, sociais e econômicas de cada localidade. O respeito pela cultura, língua e identidade dos grupos é o melhor incentivo para a construção de uma escola inclusiva.
OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
Educadores, progenitores, líderes políticos e até mesmo figuras proeminentes do Brasil, indivíduos que desempenharam e contribuíram com funções significativas para impulsionar essa batalha e ampliar essa forma de instrução, influenciaram o avanço educacional de pessoas com deficiência com inovações transformadoras visando novos objetivos educativos.
Em 1994, foi promulgada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de integração educacional que facilita a entrada nas salas de aula regulares, permitindo que aqueles que possuem condições acompanhem e participem das atividades curriculares previstas no ensino convencional, no mesmo passo que os alunos considerados normais. Quando se menciona o mesmo ritmo, a mencionada lei não leva em conta as diversidades individuais, ou seja, que as pessoas são únicas.

Apesar dos desafios encontrados no sistema educacional, especialmente no que diz respeito à educação especial, este assunto é altamente controverso, suscitando diversas questões e, na perspectiva da educação inclusiva, possui uma abordagem distinta ao acompanhar os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando estabelecer políticas públicas que promovam uma educação de qualidade para todos os estudantes. Reconhecendo que ainda há muito a ser discutido sobre a educação inclusiva, a qual contribui para combater o preconceito, buscando a aceitação e a valorização das diferenças ao enfatizar as habilidades, competências e potencialidades individuais, sensibilizando e envolvendo a sociedade, especialmente a comunidade escolar. (BRASIL. 1994, p.19)

Os movimentos em defesa dos direitos das pessoas com deficiência estão ocorrendo em várias partes do mundo. Em 1990, a Declaração Mundial de Educação para Todos foi elaborada e, em 1994, a Declaração de Salamanca começou a influenciar as políticas públicas em relação à educação inclusiva.

A Educação Inclusiva, um movimento global, baseia-se na ideia de que todas as pessoas têm direitos iguais e não devem ser privilegiadas ou desfavorecidas com base em suas características de grupo social. Esse movimento promove a diversidade ao permitir que todos os alunos que possam ter necessidades educacionais especiais em algum momento de suas vidas sejam atendidos. (BRASIL. 2008, p. 11)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) nº 9.394/96 já prevê que os ritmos de aprendizagem serão diferentes, que alguns alunos podem progredir mais rapidamente do que outros e que têm direito a currículos, metodologias, recursos e organização do trabalho diferenciados. O

capítulo V da LDBN, dedicado à Educação Especial, define, estabelece e regulamenta no sistema educacional brasileiro, reforçando o direito à educação para todos.

Ao analisar a história da inclusão social no Brasil, um tema de intenso debate nos contextos circundantes, de acordo com Carvalho (2006) e Gil e Alquéres (2005), o propósito da educação inclusiva é garantir que todos, independentemente de possuírem ou não alguma deficiência, tenham acesso às escolas, respeitando suas diferenças. Em um movimento cujo objetivo primordial é a integração em uma escola democrática, na qual as necessidades específicas sejam consideradas, atendidas, respeitadas e valorizadas.

Segundo Gil e Alquéres (2005), a escola já era vista como integradora a partir dos anos 70, admitindo somente os alunos que podiam acompanhar os métodos educacionais adotados pela escola. Originalmente, a deficiência era percebida como uma limitação do indivíduo, exigindo que ele se adaptasse ao ritmo da instituição. Esse cenário foi gradualmente evoluindo, com o movimento de integração cedendo espaço progressivamente para a abordagem inclusiva.

Como princípio ético, a inclusão é um direito de todos, e para efetivar a inclusão no ambiente escolar, um aspecto crucial a ser considerado é a interação social da criança com deficiência na escola. O presente estudo tem como objetivo examinar a interação social de estudantes com deficiência que estão incluídos em escolas comuns. Conforme afirmado por Vygotsky, "o comportamento humano é moldado pelas peculiaridades e condições biológicas e sociais de seu desenvolvimento" (2001, p.63).

Para que a interação social ocorra, é necessária uma troca de relações, onde a ação social seja mutuamente orientada, ou seja, a interação representa a reciprocidade de ações sociais. (LAKATOS e MARCONNI, 2006). Por meio dos contatos com diferentes indivíduos, é possível estabelecer processos de aprendizagem, promover o desenvolvimento e construir novos conceitos.

A INCLUSÃO E A INTEGRAÇÃO SOCIAL

Salienta-se que a educação que abraça a diversidade requer o suporte a crianças com necessidades educacionais específicas, sem categorizá-las com limitações, mas sim reconhecendo suas demandas particulares de aprendizado.

A disposição para acolher colegas com características variadas é considerada um objetivo educacional significativo, visando não apenas integrar aqueles com necessidades educacionais especiais, mas também aqueles que enfrentam obstáculos para ingressar e permanecer na escola. O foco está na promoção de uma mentalidade proativa de aceitação e inclusão em todas as atividades de aprendizado e extracurriculares, por parte dos educadores e colegas, em vez de uma visão baseada na compaixão tolerante.

São reconhecidos os desafios de alcançar uma escola justa e igualitária em uma sociedade capitalista com uma política neoliberal, onde a competição é considerada como princípio de sucesso. No entanto, destaca-se a relevância das utopias na alteração das sociedades históricas e na construção de uma sociedade acolhedora e inclusiva, baseada na coesão social, na educação para a convivência e no acesso a oportunidades para todos os indivíduos.

A necessidade de uma reforma educacional em direção à democracia global é enfatizada, realçando o papel da escola na mudança social e na promoção da inclusão. A política educacional para crianças com necessidades educacionais especiais é discutida, destacando a transição de uma concepção segregadora para uma escola inclusiva. Por fim, ressalta-se a importância de uma educação democrática que assegure o acesso à escola para todos os cidadãos, independentemente de suas características, e promova o desenvolvimento humano, econômico, social e cultural, capacitando os indivíduos a viverem com dignidade, participarem ativamente do desenvolvimento e continuarem a aprender ao longo da vida.

A democracia sem uma reforma escolar completa é inadequada e sem mudanças sociais substanciais, torna-se uma utopia ilusória. A política educacional no Brasil é citada como sendo instável em relação a esse grupo populacional. Desde o total descarte da educação especial, passando pela escola de integração, até uma proposta moderada de uma escola inclusiva, observa-se uma fal-

ta de continuidade e coerência nas abordagens educacionais destinadas aos indivíduos com necessidades especiais.
Essa análise destaca a urgência de reformas estruturais na educação, bem como transformações sociais mais amplas, para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva e justa para todos os cidadãos, independentemente de suas características individuais.
A transformação da escola como entidade reflete distintos objetivos ao longo do tempo. Em sua origem elitista, voltada para os filhos das classes abastadas, a instituição educacional também assumiu a responsabilidade de preparar a mão de obra e conter a inatividade juvenil, agindo como um instrumento para modelar futuros trabalhadores. Essa é a gênese da escola pública. Paralelamente, ao longo da história, a Igreja Católica tem se empenhado em instruir crianças menos favorecidas, com o intuito de formar indivíduos exemplares em sua fé e, por conseguinte, como cidadãos responsáveis.
Durante quase três séculos, o governo brasileiro não colocou a educação da população como prioridade, sendo somente na terceira década do século XIX que começaram a surgir esforços nesse sentido. Entre 1834 e 1934, testemunhou-se no Brasil um gradual processo de democratização do acesso à educação básica pública, tanto nas redes estaduais quanto municipais.

Atualmente, é evidente que nem todas as instituições de ensino acolhem crianças provenientes de famílias desfavorecidas, e muito menos podem ser consideradas inclusivas, sendo frequentemente percebidas como elitistas devido às elevadas taxas de mensalidade. Portanto, as escolas particulares tradicionais não se encaixam no conceito de inclusão. (LEÃO, 2005, p.2)

Ao longo da trajetória, a escola pública foi associada a uma abordagem conservadora, não somente no que diz respeito aos métodos de ensino, mas também no propósito de formar cidadãos exemplares.
Portanto, todo indivíduo, independentemente de seu sexo, origem social, religião ou condição física, tem o direito de ser acolhido e instruído nas escolas públicas. Infelizmente, o passado revela uma segregação dos considerados "anormais" ou "diferentes", indicando uma falta de preocupação com a inclusão de crianças com deficiências em grupos considerados "normais".
Essa atitude refletia intolerância e rejeição à diversidade, sendo considerada como parte intrínseca do processo educativo, o qual buscava formar cidadãos saudáveis, íntegros e produtivos.

AS DOENÇAS E AS CLASSIFICAÇÕES
Para entender a transição da escola convencional para a escola inclusiva, é vital revisar sucintamente a concepção tradicional de deficiência que justificava a separação das escolas "normais" e o estabelecimento de escolas especiais.

Historicamente, os cientistas naturalistas e sociais discordam na maneira como interpretam as diferenças na constituição biológica das pessoas. A alteração biológica era considerada como uma barreira intransponível, levando à exclusão das atividades que a pessoa não conseguia realizar devido à sua condição. Essa exclusão, por sua vez, reforçava ainda mais as barreiras ao desenvolvimento intelectual, criando um ciclo contínuo que resultava em deficiência. (TUNES, 2003, p. 9)

Atualmente, a Organização Mundial da Saúde define deficiência como qualquer restrição ou impedimento na capacidade de realizar atividades dentro dos padrões considerados normais. Na pedagogia contemporânea, o termo deficiência foi trocado por habilidades distintas, indicando limitações ou insuficiências no desempenho de atividades diárias.
A Educação Especial surgiu para atender indivíduos com deficiências ou habilidades diferentes. Diversas categorizações foram elaboradas para especificar essas condições, como deficiência física, sensorial, intelectual, mental, motora, entre outras. A Educação Especial busca oferecer um ambiente facilitador para o desenvolvimento das capacidades desses alunos, de forma a atender às suas necessidades e interesses. (UNESCO. 1997)

No Brasil, poucas instituições estão equipa-

das para lidar com necessidades educacionais especiais, o que dificulta a identificação precoce e a instrução adequada dessas crianças. Um currículo flexível e adaptado é crucial para atender às necessidades desses alunos. (FACION.2008, p. 79)

Casos como autismo, surdez, baixa visão, cegueira, deficiência intelectual, motora e múltipla deficiência exigem suporte especializado e atenção cuidadosa por parte dos educadores e da sociedade. A colaboração e a assistência mútua são essenciais para o desenvolvimento desses alunos.
Em muitos casos, a instituição educacional pode acolher crianças com necessidades especiais, desde que haja um equilíbrio adequado entre esses alunos e os considerados "normais". Em alguns países, como a França, são oferecidas escolas auxiliares para apoiar os professores que lidam com essas necessidades específicas.
A escola precisa evoluir em sintonia com a sociedade, que avança rapidamente, para garantir que os métodos educativos não fiquem estagnados em abordagens do passado.

A inclusão e a participação são cruciais para a dignidade humana e para o exercício dos direitos humanos, refletindo-se na educação por meio do desenvolvimento de estratégias que buscam criar oportunidades equitativas. A integração de crianças com necessidades especiais é mais eficiente em escolas inclusivas que atendem a toda a comunidade (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 61).

A inclusão não se restringe ao ambiente escolar, pois uma escola inclusiva não pode existir em uma sociedade excludente (RIVIERE. 1997)

É crucial que escolas, professores, políticos e pais questionem a uniformidade organizacional e os paradigmas educativos diante da realidade atual, marcada por uma população estudantil diversificada, acesso à informação, demanda por conhecimento como bem social e requisitos da sociedade global. (ALARCÃO, 2003, p. 88)

A colaboração entre família e escola é essencial para fornecer um acompanhamento adequado que contribua para o desenvolvimento integral do aluno com necessidades especiais.

O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E A INCLUSÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição complexa de desenvolvimento caracterizada por deficiências na comunicação verbal, nas habilidades para estabelecer e manter relações sociais, bem como por padrões restritos e repetitivos de comportamento (SCHMIT. 2017, p.83).

Gaiato e Teixeira (2018) definem o autismo como uma condição comportamental que resulta em prejuízos nas interações sociais, dificuldades na comunicação verbal e não verbal, alterações na cognição e presença de comportamentos repetitivos ou estereotipados. A origem dos sintomas do autismo frequentemente está associada a fatores genéticos, embora pesquisas em andamento busquem uma compreensão mais profunda de suas causas. O diagnóstico é baseado em observações comportamentais e deve ser conduzido por profissionais especializados, como psiquiatras ou neurologistas infantis.
Devido aos impactos diretos do TEA nas habilidades de comunicação e interação social, é crucial oferecer apoio e intervenções pedagógicas que visem ao desenvolvimento dessas áreas. O treinamento de habilidades sociais (THS), originado na Inglaterra na década de 1960, tem sido estudado como uma estratégia para aprimorar a capacidade dos indivíduos nas relações interpessoais. Segundo Gresham (2009), habilidades sociais são comportamentos aprendidos e socialmente aceitáveis que permitem interações eficazes com os outros e a evitação de comportamentos negativos. Para indivíduos com TEA, que podem apresentar dificuldades naturais na aquisição dessas habilidades, o treinamento adequado em um ambiente acolhedor é crucial para promover interações sociais bem-sucedidas.
A intervenção educacional para pessoas com TEA visa desenvolver habilidades de interação social, comunicação e comportamento. Métodos de intervenção educacional estão

disponíveis para auxiliar no desenvolvimento dessas habilidades, contribuindo para a aceitação social, independência e sucesso acadêmico e profissional desses indivíduos. A comunicação é apontada como uma das principais dificuldades que limitam a convivência social de crianças com TEA (PONTES, KLEPARDE E SILVA, REVISTA SAÚDE-UNG, 2019).

A inclusão de crianças com TEA em ambientes regulares de ensino tem sido um desafio, como destacado por Lopes (2011). É essencial que as escolas realizem adaptações para atender às necessidades individuais dessas crianças, garantindo que todos tenham acesso a uma educação de qualidade. O uso de tecnologias tem se mostrado uma ferramenta valiosa para auxiliar no desenvolvimento de crianças com TEA, tanto em contextos pessoais quanto educacionais (Fernandes et al., 2014).

Dado o entendimento limitado do TEA como um déficit cognitivo, a criação de recursos que facilitem o desenvolvimento dessas crianças torna-se cada vez mais importante. Intervenções tecnológicas podem aprimorar a conexão e o ensino de crianças com TEA, contribuindo para um tratamento mais eficaz e reduzindo custos e tempo, desde que sejam utilizadas de maneira apropriada, conforme mencionado por Sá Fas et al. (2017), LeBlanc (2015) e Pereira, N das M; Junior, N.V. (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em cada interação social, o papel do outro é fundamental, uma vez que ele traz consigo símbolos e significados que influenciam nossa personalidade, moldando nossa identidade social.

Trabalhar com a Educação Especial na ótica inclusiva apresenta desafios para aqueles que se dedicam a promover a verdadeira inclusão e garantir que a aprendizagem seja acessível a todos.

A aprendizagem envolve um aspecto crucial nesse processo, que é a interação social. Para isso, não basta apenas o esforço em sala de aula, onde professor e aluno se engajam em interesses recíprocos e trocas, pois a aprendizagem não acontece apenas de um lado, mas sim da interação entre ambos.

Portanto, é essencial que todos os outros atores envolvidos - gestores, famílias e profissionais de saúde que atendem crianças com necessidades educativas especiais - na instituição participem ativamente desse processo de inclusão, cientes da importância que o tema carrega.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. (2003). Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão. Porto: Porto Editora.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei n.º 9.394/96. Brasília: MEC, 2008.

DECLARAÇÃO DA SALAMANCA: Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acesso em 23 jan. 2025.

DEMO, P. Política social, educação e cidadania. Campinas: Papirus, 1994.

FACION, J. R. Inclusão escolar e suas implicações. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

GAIATO, Maya.; TEIXEIRA, Gustavo. O Reizinho Autista: Guia para lidar com comportamentos difíceis. Cap. 1. p. 13. São Paulo: nVersos,2018.

GAIATO. Mayra. S.O.S autismo: guia completo para entender o Transtorno do Espectro Autista. São Paulo: nVersos,2018. p.22, 23, 48 e 49).

GHADIE, Ainda M.; BARUFFI, Helder. Educação especial e as políticas públicas: garantias

de acessibilidade como requisito à inclusão escolar. Revista Jurídica UNIGRAN. v. 5, nº. 10, p. 149-64, jul./dez. 2003.

LEÃO, S. T. F. L. Breve análise sócio - histórica da política educacional brasileira: ensino fundamental. São Luís – MA, 23 a 26 de agosto 2005. Disponível:http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Silse_Teixeira _Freitas_Lemos_Le%C3%A3o175.pdf. Acesso em 24 jan.2025.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ONU, "Normas uniformes sobre oportunidades iguais para pessoas com deficiência", resolução 48/96, de 20 de dezembro de 1993.

PEREIRA, N das M; JUNIOR, N.V. O Transtorno do Espectro Autista e a Utilização de Aplicativos para Dispositivos Móveis como Ferramenta Educacional. Revista Partes. Artigo. Ano 2020. Disponível em:< https://www2.ifmg.edu.br/arcos/pos-grad-docencia/artigos-e-produtos/turma-2018-1/artigo_neuma_2018-1.pdf>. Acesso em 27 jan.2025.

REZENDE, Laila Francielly; DE SOUZA, Calixto Júnior. O trabalho pedagógico e a inclusão escolar para crianças com transtorno do espectro do autismo (TEA). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Brasil. Laila Francielly Rezende. Calixto Júnior de Souza. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/21486> Acesso em 28 jan.2025.

RIVIÈRE, A. Definição, etiologia, educação, papel psicopedagógico da família no autismo. Curso de desenvolvimento normal e autismo. Santa Cruz de Tenerife. 1997.

ROSSETO, M. C. Falar de inclusão... falar de que sujeitos? In: Lebedeff, T. B. Pereira. Educação especial – olhares interdisciplinares. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. p. 41-55.

SCHMIDT, Carlos; FINATTO, Mariele; FERREIRA, Lívia. Atendimento Educacional Especializado e Autismo: Uma Aproximação as Práticas Baseadas em Evidências. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/3990/7452>. Acesso em: 20 jan.2025.

TUNES, E. Por que falamos de inclusão? Linha Critica Revista Semestral da Faculdade de Educação, n. 16, Brasília: UnB, 2003. pp. 5-12.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Satisfaction of Basic Learning Needs , Jomtien, Thailand, 5 a 9 de março de 1990.

_____. Declaração de Salamanca e Marco de Ação para Necessidades Educacionais Especiais. Salamanca, 1994.

VIGOTSKY, L. S.; COLE, M. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.